



Propaganda Política Comunista e Anticomunista no Governo Dutra, entre os Anos de 1948 e 1950

CLAUDINÉA JUSTINO FRANCHETTI*

As dimensões históricas do artigo em questão abarcarão o campo da história cultural e política, direcionando-se para o campo de estudo ligado a sociedade, política e cultura no mundo contemporâneo. Destarte, este estudo tem como objetivo geral a realização de um estudo comparado acerca das estratégias de sedução, persuasão e controle ideológico presentes em propagandas políticas comunistas e anticomunistas, veiculadas por revistas de cultura política no governo de Eurico Gaspar Dutra, entre os anos de 1948 e 1950.

De forma mais específica, busca: a) examinar a relação de revistas de cultura política com o ideário comunista e capitalista, bem como suas contribuições para a criação e difusão das ideologias comunista e anticomunista entre a população brasileira, em um contexto histórico nacional permeado pela esperança de redemocratização; b) averiguar qual a linha de pensamento político-ideológico que orientava revistas de cultura política como as revistas *Lei e Polícia*, *Problemas*, e *Fundamentos* (doravante indicadas respectivamente como RLP, RP e RF), para extrair com base em um trabalho investigativo, as mensagens ideológicas e subliminares que fundamentam as estratégias de sedução e persuasão do leitor que estão por trás da redação dos textos e o enquadramento das imagens nessas revistas; c) analisar o contexto histórico nacional e internacional no qual estas revistas políticas estavam inseridas, sempre avaliando as relações e o exercício de poder que se desenvolvem ao longo dos textos e imagens; d) verificar mais profundamente as engrenagens que produzem e reproduzem dois tipos de propaganda político-ideológica - a comunista e a anticomunista - e suas respectivas formas de configuração no campo da cultura política; e) compreender as formas estéticas das revistas (disposição de textos, imagens, configuração de página e *layout*) e, fundamentalmente, seus conteúdos ideológicos; f) mapear e colocar em relevo as demais fontes de informação (ex.: revistas, jornais, folhetins, documentos diplomáticos) que estruturaram e alimentaram o noticiário político brasileiro acerca do comunismo/anticomunismo, cruzando informações desses noticiários como estratégia de ampliação do conhecimento acerca do tema; g) observar as formas como se configurou a

*Graduada em História; Especializada em História e Sociedade; Mestre em História Política e Movimentos Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora do Labtempo - Laboratório de Estudos do Tempo Presente da Universidade Estadual de Maringá/PR.

propaganda - mais especificamente, a propaganda política e ideológica -, ou seja, quais são essas formas, qual o tipo de linguagem que utilizaram, quais seus principais elementos, quais suas técnicas, que formas ocultas possuem, como a propaganda política está ligada à consciência popular e quais são suas técnicas de persuasão.

Nessa perspectiva, estudar a imprensa (mais particularmente, o meio de comunicação em revista) como aparelho privado de hegemonia consiste em se aprofundar na análise dos discursos ideológicos presentes nos artigos selecionados das revistas RLP, RP e RF, tendo sempre em mente que esses discursos ideológicos comportam o potencial de universalizar interesses e concepções de mundo que na realidade são particulares a determinados partidos políticos ou grupos que compartilham interesses comuns. Tais discursos têm como pano de fundo a camuflagem da verdade/realidade, sendo a imprensa um forte instrumento ideológico dentro do contexto social.

Esse trabalho nasceu em um contexto após a defesa da Dissertação de Mestrado, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, com o título: “Páginas de Intolerância Política: a guerra psicológica contra o monstro vermelho na Revista Lei e Polícia (1948-1950)”, fundamentada em uma pesquisa acerca da imprensa anticomunista durante o Governo Dutra, consideramos que a experiência trazida por aquele estudo ao nosso campo de conhecimento mostrou a relevância do aprofundamento daquela temática. Diante disso, sentimos a necessidade de buscar, além do estudo da já analisada repressão política e ideológica aos comunistas, as respostas do movimento comunista brasileiro àquele contexto.

Soma-se a esse fato a importância em ir além do estudo de apenas uma versão da história do comunismo, aquela em que os comunistas são perseguidos, torturados, humilhados de diversas formas, pois nessa versão, de certa forma, essa ideologia é historicamente vista no Brasil como “frágil”, “fraca”, “passível de repressão”, e isto não se sustenta. Observa-se que houve uma forte resistência comunista no país, por meio de ações promovidas pelo movimento operário comunista na política nacional, principalmente através de seus respectivos meios de comunicação. Desse modo, a imprensa comunista publicou, de forma intensa e por um longo período de tempo (mesmo quando na ilegalidade), textos e cartazes que difundiam uma

propaganda político-ideológica comunista e, ao mesmo tempo, assumiam uma luta aberta contra o governo e o sistema capitalista.

Com essa perspectiva em mente, começamos a conjecturar sobre qual seria a fonte documental para explorar melhor esse viés da propaganda político-ideológica comunista e anticomunista. Considerando a riqueza de informações oferecida pela revista Lei e Polícia acerca da propaganda anticomunista ao longo de nossos estudos no curso de mestrado, empenhamo-nos em buscar outras revistas que mostrassem, de forma clara essa reação, ou seja, a propaganda comunista, o que conseguimos encontrar na revista Problemas e na revista Fundamentos, ambas da imprensa de matriz comunista.

De tal modo, este estudo se torna relevante por propiciar a investigação da luta travada na imprensa brasileira entre comunismo e anticomunismo, com o objetivo de definir a hegemonia no campo político e ideológico, uma vez que esse contexto histórico (1948-1950) estava permeado por um jogo de poder marcado por períodos de oscilações das estratégias e das forças entre os contendores. É em meio a esse jogo de poder político e ideológico que vislumbramos a possibilidade de observar que, além de uma história repleta de práticas e teorias anticomunistas, existe também a praticada ideologia comunista de forte reação no período em questão.

Nesse contexto, assumir o desafio de resgatar e estudar as tensões político-sociais emergidas durante o Governo Dutra, até então pouco estudadas e assim trazer à tona uma discussão ligada à propaganda política e às mensagens ideológicas que permeavam os intertextos é uma tarefa relevante.

Para atender a esse desafio, o objeto da pesquisa constitui-se em uma análise comparativa das estratégias de sedução, persuasão e tentativa de controle ideológico presentes na propaganda político-ideológica comunista e anticomunista entre 1948 a 1950 veiculadas em revistas de cultura política ligadas a esses grupos e caracterizadas por perfis ideológicos claramente definidos.

O estudo da propaganda política e ideológica nesse período histórico compreenderá fundamentalmente o trabalho de investigar a maneira como se processou a emissão de mensagens e o grau de organização e sistematização com que estas foram construídas, bem como seus níveis de intensidade e amplitude. Para isso é indispensável identificarmos o

conjunto de agentes e órgãos envolvidos em: processo; estrutura; funcionamento; recursos empregados; e o modo de utilização da propaganda. Soma-se a isso a necessidade de analisar o teor expresso e implícito das mensagens difundidas, buscando identificar os receptores e de buscar compreender os objetivos do emissor (GARCIA, 1982).

Podemos inferir, com base na concepção de Nelson Jahr Garcia (1989), que a propaganda ideológica produz símbolos que, coligados ou não numa cadeia, são capazes de exercer dominação sobre um indivíduo, grupo, ou sociedade. Tais símbolos carregam uma extraordinária força ideológica e podem ser materializados nas mais diversas formas que os meios de comunicação são capazes de adotar, como palavras escritas ou faladas, desenhos impressos, gestos, etc.; por isso é fundamental atentarmos para o fato de existirem dentro da propaganda ideológica estratégias e métodos que constroem sentidos e deformam a realidade vivenciada, podendo servir para estabelecer e sustentar relações de dominação dentro da sociedade e exercer o controle ideológico, mediante um processo propositalmente persuasivo.

Sobre a propaganda política, para Jean-Marie Domenach (1955), essa é um dos fenômenos mais salientes da primeira metade do século XX. Foi essa propaganda que proporcionou grandes acontecimentos nesse século, como a Revolução Comunista e os fascismos. Para ele, desde que existem disputas políticas, a propaganda existe e desempenha seu papel, porque a força de grande parte dos governos tem por base a opinião pública, e a propaganda política trabalha em favor deles; por isso, “políticos, estadistas e ditadores, de todos os tempos, procuravam estimular o apego às suas pessoas a aos seus sistemas de governo” (p. 09).

Segundo esse autor, a propaganda política é organizada com a finalidade de influenciar e até moldar a opinião pública a fim de controlá-la. Emergida no âmbito secular durante o século XX, passou a englobar novos meios de difusão de informações mais eficientes, entre os quais enquadrados também as revistas de cultura política. Isto nos permite perceber a existência de um campo frutífero de investigação sobre a ação da propaganda política comunista e anticomunista no Brasil entre os anos de 1948 e 1950.

O período de análise escolhido está inserido no contexto político-econômico do governo de Eurico Gaspar Dutra; e a justificativa para a escolha de tal conjuntura para estudo reside no fato de que esse governo pode ser considerado um momento de continuidade da

intolerância política no Brasil, principalmente em relação ao comunismo, e, paralelamente, um momento de maior aproximação nas relações do Brasil com os EUA. Cumpre lembrar que essa condição perpassou ainda vários governos, oscilando entre momentos de maior e menor perseguição aos comunistas, e que as relações externas com os EUA e sua política econômica foram intensificadas de forma crescente ao longo desse governo.

Esse período é importante também por abarcar o Pós-Segunda Guerra Mundial, com a emergência da Guerra Fria, momento em que os EUA passaram a interferir no mundo, principalmente na América Latina, de modo mais intenso do que antes. Nesse contexto, Leslie Bethell e Ian Roxborough (1996) esclarecem que a Política da Boa Vizinhança, de Franklin D. Roosevelt, baseada na não intervenção direta nos negócios internos dos outros países americanos, fora abandonada por Truman por volta de 1947, marcando fortemente um período intervencionista dos EUA na América Latina.

Nesse contexto mundial, governantes dos Estados Unidos e da América Latina aderiram a acordos e programas destinados a preservar os países desse subcontinente das influências soviéticas, como também de mudanças sociais, econômicas e políticas que viessem a afetar os interesses capitalistas das classes dominantes.

Otavio Ianni (1974) salienta que estes acordos e programas se estenderam aos campos econômico, político, militar e cultural, com a finalidade de intensificar e expandir a interferência dos Estados Unidos, além de reduzir ou controlar a influência de movimentos, partidos, líderes e programas que tivessem relações diretas ou indiretas com os socialistas.

Para Edwin Lieuwen (1966), o objetivo político dos Estados Unidos era impedir qualquer movimento de teor comunista ou neutralista na América Latina. Ademais, os interesses políticos dos Estados Unidos na América Latina estavam intimamente relacionados aos interesses militares e econômicos, em razão do possível surgimento de posições antiamericanas que pudessem ameaçar seus programas militares e econômicos. Essa política imperialista estadunidense teve forte influência no Brasil durante o Governo Dutra, porquanto o país já tinha de longa data, laços estreitos com os EUA, sendo seu principal parceiro na América do Sul.

Segundo Sidnei J. Munhoz (2004), Eurico Gaspar Dutra tomou posse da presidência em 31 de janeiro de 1946. Nesse momento, assim como nos anteriores, eram grandes as

expectativas de democratização do país por parte da população brasileira, pois, em teoria, o Brasil estava passando por um período de democratização em razão do processo eleitoral que levou Dutra ao poder, possibilidade que anteriormente era excluída, em virtude de a ditadura Vargas ser marcada pelo centralismo político, fechamento do Congresso e nomeação de políticos de sua confiança para os governos estaduais.

Ainda segundo o mesmo autor, desde o início do Governo Dutra houve um retrocesso democrático, gerado pela intensificação da repressão aos movimentos sociais e às organizações políticas de esquerda, mesmo porque ele não era um democrata, pois tinha um passado político de viés autoritário. Além disso, fomentou a intensificação do alinhamento do Brasil com a política e a economia estadunidense, o que facilitou o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS nesse governo, rompimento que esteve ligado também a incidentes diplomáticos e, fundamentalmente, à forte perseguição aos comunistas e dissidentes.

Um importante comentário é tecido por Moniz Bandeira (1978), ao afirmar que o Governo Dutra procurava armar uma situação que garantisse a segurança interna para atrair investimentos dos Estados Unidos. Desse modo, a repressão ao movimento operário, no cerne da campanha comunista, e o rompimento com a URSS, tinham por objetivo permitir que os monopólios dos Estados Unidos gozassem plenamente da “democracia restaurada” a que se propunha esse presidente. Soma-se a isso o fato de que entre 1947 e 1949 o Brasil passava por um acentuado déficit financeiro.

Nesse contexto histórico brasileiro, permeado pelo espectro internacional da Guerra Fria, algumas revistas de caráter cultural e político (mensais e/ou trimestrais) se destacam em dois diferentes campos de trabalho editorial, marcados pelo apoio e divulgação, respectivamente, dos sistemas capitalista e comunista, ambos funcionando como armas de combate ideológico contra os respectivos inimigos políticos. Essas questões, por regra geral, são apresentadas ao leitor sob o “lema” da construção de uma nova “sociedade democrática brasileira”, com base na “independência econômica e política”, “liberdade” e “soberania nacional”.

De modo geral, desde o início do governo de Eurico Gaspar Dutra foram adotadas várias medidas com vistas ao controle social e ao cerceamento das manifestações dos críticos

do regime. Entre essas medidas merecem destaque: o decreto que limitava o direito de greve (1946); a aprovação da Constituição de 1946, que posteriormente daria respaldo à ilegalidade do PCB; a repressão violenta às manifestações políticas (1946); a censura à imprensa (1947), até culminar na cassação do PCB (1947) e na repressão direta a esse partido.

Essas ações estavam acompanhadas de propagandas de cunho político e ideológico que objetivavam a disseminação de uma cultura política anticomunista. Verifica-se então que, além da perseguição política direta, que ia se tornando cada vez mais real, havia um campo de construção de propagandas políticas realizadas por órgãos vinculados ao Estado e direcionadas à sociedade brasileira (esse campo também havia sido explorado por governos anteriores) que objetivavam um forte combate aos dissidentes políticos do governo, principalmente ao PCB.

Nesse contexto, a reação de contra-ataque dos líderes e militantes do PCB estava estruturada, em grande medida, no campo jurídico, o que não lhe rendeu sucesso no tocante ao processo de sua cassação em 1947. A estratégia adotada pelo PCB naquela conjuntura foi posteriormente criticada por Luís Carlos Prestes, que afirmou: “Nós não soubemos fazer a luta de massa para defender a legalidade do nosso partido. Fizemos uma luta apenas jurídica. Foi um erro” (PRESTES apud MORAES; VIANA, 1982: p. 56). Não obstante, conjecturamos que, diante daquela conjuntura adversa, o PCB adotou uma estratégia que evitou o confronto direto e buscou acumular forças por meio da luta no campo da cultura política. Desse modo o PCB passou a criar e a apoiar novos periódicos que pudessem popularizar a ideologia comunista no Brasil, a fim de conquistar adeptos para a sua causa e tensionar o Governo Dutra.

Diante do exposto, esta pesquisa orienta-se pela hipótese geral de que durante esse governo, particularmente no período de 1948 a 1950, travou-se uma guerra político-ideológica não apenas nos movimentos sociais, mas também no campo cultural. As evidências residem na efervescência político-cultural desse momento com o surgimento e/ou fortalecimento de periódicos de cunho político-ideológico tanto no campo da esquerda quanto no da direita²³.

²**Esquerda:** Revista Fundamentos, Revista Problemas, Jornal Gazeta portuária, Jornal Voz Operaria, Jornal A Tribuna, Jornal Imprensa popular, Jornal Quilombo, Jornal Terra livre, Jornal do povo. **Direita:** Boletim mensal do Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica; Revista Lei e Polícia, Jornal O Estado de S. Paulo, dentre outras.

O empenho desses veículos de informação e propagandateve o sentido de fortalecer a circulação nacional de cartazes, panfletos, folhetos, livretos e principalmente revistas que defendiam suas respectivas posições políticas e estigmatizavam as contrárias. Nesse contexto histórico, o embate político-ideológico se construía em torno do “terror à expansão comunista” *versus* o “terror à dominação imperialista Ianque”. O objetivo básico que estava por trás desse contexto relacionava-se à tentativa de conquistar o apoio popular para os seus respectivos projetos políticos.

Neste sentido, considerando o período entre 1948 e 1950, acreditamos que houve de fato uma reação dos comunistas à opressão que sofriam, no entanto não era especificamente uma reação armada e revolucionária, como queria grande parte dos líderes do PCB no momento de sua criação, e sim, uma reação que se deu mais nas esferas jurídica, cultural e ideológica.

De modo geral, todas as informações assinaladas acima levam a constatar que foi claro o empenho da imprensa ligada ao Governo Dutra em difundir uma intensa propaganda político-ideológica anticomunista no Brasil, mas que também houve reação a esse anticomunismo, em grande medida, no campo da imprensa comunista - por meio de uma espécie de contrapropaganda.

Tendo em mente a importância de indicar o conjunto específico de documentos que constituem o *corpus* documental, faremos a seguir uma breve exposição acerca da RLP, RP e RF.

O acervo da RLP está arquivado na Biblioteca Nacional. A revista iniciou suas publicações em junho de 1948 e se estendeu até dezembro de 1964, vindo a extinguir-se pouco após o início da ditadura civil-militar no Brasil. Foi publicada na cidade do Rio de Janeiro, mas era distribuída também nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais.

O seu corpo editorial - composto, em grande medida, por militares - a definia como um “Órgão de Repressão à Delinquência e de Combate ao Comunismo”, atuando como um “Órgão Técnico-Científico de Polícia” (político-cultural), divulgando organismos, notícias e

artigos de opinião ligados ao Departamento Federal de Segurança Pública (D. F. S.P) (daí o nome “Lei e Polícia”).

Desde sua fundação, a RLP se propunha ser um órgão destinado à pesquisa, estudo, análise e fomento do desenvolvimento dos organismos que tinham a responsabilidade de “zelar” pela ordem pública, buscando divulgar as leis a ela referentes, e ao combate sistemático às forças políticas e ideológicas “extremistas”⁴. Paralelamente, a revista se proclamava defensora do “fortalecimento dos princípios democráticos, colocando-se sempre na vanguarda das ações que visavam à solidificação do regime “democrático” implantado em 1946⁵” -tudo isso, consubstanciado na apresentação de uma cultura política aversa ao comunismo.

A base de apoio econômico e intelectual dessa revista estava centrada nas classes liberais e conservadoras. Segundo Alexandre Busco Valim (2006) além desse apoio, a revista RLP contou com o reconhecimento do Consulado Geral Estadunidense em São Paulo.

Essa revista foi também responsável pela criação e difusão de cartazes, impressos, panfletos, livretos e folhetos rotulados como “material de contrapropaganda”⁶; em outras palavras, criou e enviou a “todo o território nacional”⁷ um conjunto de materiais de propaganda política anticomunista.

Dessa maneira, sob o pretexto de consubstanciar a “formação moral”, “paz”, “espírito democrático”, “Pátria” e “justiça”, a campanha da revista RLP se destinava à “exterminação da praga comunista do seio da família e das classes trabalhistas”⁸, deixando transparecer o temor ao espectro comunista. É preciso dizer que esse perigo de expansão da ideologia comunista no Brasil de fato existia, tanto dentro do campo estatal quanto no contexto social. Exemplo disso é a forte presença da imprensa comunista nesse contexto.

Percebe-se que a RLP tinha também como objetivo a manutenção da hegemonia política do Estado sobre a grande maioria da população, à medida que buscava sufocar, por meio da propaganda político-ideológica, os movimentos políticos e sociais discordantes do governo e divulgar uma propaganda favorável a este e ao sistema capitalista.

⁴Revista Lei e Polícia, 1950, set, Ano II, n. 12, p. 65.

⁵ Ibid., p. 65.

⁶Revista Lei e Polícia, 1950, abr/mai/jun, Ano II, n. 10-11, p. 16.

⁷ Ibid., p. 16.

⁸ Ibid., p. 16.

De modo geral, é possível afirmar que a RLP era dotada de um caráter elitizado e centrada em bases políticas conservadoras, principalmente por ser um veículo de comunicação que se autodefinia como órgão de polícia e por estar intimamente atrelada ao meio militar e às ideias por este defendidas.

Além de divulgar informações vinculadas ao que acontecia em relação à polícia, a RLP foi também um instrumento de propaganda comercial, contendo anúncios dos mais diversos matizes e correspondentes aos mais variados patrocinadores da indústria e do comércio. Exemplo disto é que havia pessoas influentes da época, como o presidente em exercício do Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro, Antônio Sanchez Galeano, que falava em favor da atuação da RLP no combate psicológico e sistemático ao “Monstro Vermelho”⁹.

Não obstante, o trabalho dessa revista girou em torno, principalmente, da batalha contra o “Monstro Vermelho”. Pregando e incentivando a luta contra a ideologia comunista, a RLP buscou imprimir um caráter negativo a todas as formas dessa ideologia, publicando artigos destinados a apagar sua memória real e deturpar aspectos importantes de sua história. Paralelamente, buscava despertar no leitor um sentimento de brasilidade, da “democracia liberal” como “libertadora” e “redentora” do mundo, e do sistema capitalista como o único meio de produção capaz de elevar o padrão de vida de toda a humanidade, sempre apontando uma bipolaridade – comunismo/comunistas como inimigos da Nação *versus* integridade familiar, segurança, liberdade, moralidade e democracia.

Neste sentido, a RLP é uma importante fonte de informações, por estar inserida em um contexto político de manutenção e intensificação do combate ao comunismo, fortemente marcado pela intolerância política e pela busca em demonstrar cada vez mais aos investidores estadunidenses que no Brasil havia um ambiente político estável.

Ademais, a RLP se destaca por sua enorme riqueza ideológica, o que é extremamente importante para se estudar a propaganda política anticomunista desse período, à medida que colocava o comunismo no banco dos réus, como culpado por quase tudo de ruim que pudesse existir e responsável por qualquer crime que se cometesse contra a sociedade. Em paralelo, reservava ao capitalismo um tipo de propaganda política que o enquadrava na condição de um

⁹ Codinome usado por nós para definir o comunismo.

sistema justo, democrático, vítima das ações antidemocráticas praticadas pelos regimes comunistas e por seus agentes espalhados pelo mundo.

Além do mais, a RLP tem duas características fundamentais para a análise da propaganda anticomunista: a sua condição de ser uma rica fonte de ideias anticomunistas, que ela difundiu amplamente, por meio de cartazes, panfletos, folhetos e de seus artigos; e o fato de a ideologia anticomunista por ela disseminada se constituir como uma estratégia para formar a consciência social, fazendo a visão particular de uma classe aparecer como se fosse a perspectiva de todos, à exceção dos regimes comunistas e dos seus agentes, tendo como clichê a “construção de um modelo de sociedade democrática”.

Por todas as razões citadas, essa fonte documental constitui-se em campo fecundo de investigação, em que se percebe um caminho a percorrer de inegável valor para uma pesquisa mais aprofundada sobre a intolerância política ao comunismo durante o Governo Dutra.

O acervo da RP também está arquivado na Biblioteca Nacional. A revista começou a ser publicada em agosto de 1947 (Governo Dutra) e se estendeu até junho de 1956 (início do Governo Juscelino Kubitschek), na cidade do Rio de Janeiro e distribuída em vários estados brasileiros.

Essa revista foi definida por seu corpo editorial como uma “Revista Mensal de Cultura Política” que tinha por objetivo a divulgação e o debate de artigos e estudos marxista-leninista-stalinistas. Diretamente vinculada ao PCB, defendia um projeto político para o Brasil alicerçado na teoria marxista, principalmente em seus vieses leninista e stalinista, acreditando na condução do povo brasileiro a um movimento revolucionário que seria capaz de levar a sociedade ao ápice da democracia e do progresso¹⁰. Foi publicada sob a direção e edição do militante comunista e deputado federal Carlos Marighella, que continuou a administrar até finais de 1948. Diógenes Arruda a dirigiu de 1948 até 1956. Seu corpo de escritores era composto por militantes políticos e escritores nacionais e internacionais.

Entendemos que o nome dado a essa revista, “Problemas”, está diretamente ligado ao que muitos escritores, ao longo de suas publicações, expressaram como uma grande busca de solução para os problemas brasileiros. Por isso essa revista, ao abordar os mais variados temas ligados ao contexto nacional e internacional, usou como palavras-chave “problemas” - por

¹⁰ Problemas: Revista Mensal de Cultura Política. Rio De Janeiro. Ano 01, n. 1, p. 03, ago. 1947.

exemplo, problemas nacionais e internacionais, problemas religiosos, problemas políticos, problemas agrários, problemas culturais, problemas educacionais, e assim por diante.

A RP trabalhou com temas semelhantes aos da RLP, mas de forma oposta, ou seja, postava-se contra o sistema capitalista e tudo o que dele era proveniente ou a ele estava ligado, fazendo propaganda política a favor do regime comunista e expondo declaradamente sua aversão ao sistema capitalista e ao Governo Dutra.

Além disso, usando a vitória da URSS sobre o fascismo, mostrado como expressão do regime capitalista para fazer frente ao desafio socialista, a RP defendeu a ideia de que essa fora, na realidade, uma vitória do marxismo-leninismo contra a “ditadura terrorista descarada dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro”¹¹. Não podemos desconsiderar aqui que, da mesma forma que o sistema capitalista subjugou muitos povos ao longo de sua história, o comunismo, principalmente com Joseph Stalin, cometeu atrocidades e submeteu a população soviética a um regime de terror e de extermínio em massa.

Dessa forma, em grande parte dos artigos dessa revista fica evidente a ideia de que, se o marxismo leninista-stalinista foi capaz de combater e vencer o que esta revista definiu como “nazifascismo”¹², também é capaz de organizar a classe operária para lutar pelo socialismo e construir uma sociedade que abrigue uma “democracia de fato”, na qual seja abolida a “exploração do homem pelo homem, das causas da guerra e da ignorância e miséria em que vive ainda a grande maioria das populações do globo”¹³. A RP sempre deixou claro que tudo isso só seria possível com a expansão da teoria marxista, daí muitos artigos que a integram destacarem a importância dessa revista para a sociedade brasileira.

Dalcídio Jurandir (1948), escritor comunista que contribuiu com alguns textos publicados na RP, ao escrever um artigo em outubro de 1948, em comemoração ao primeiro aniversário dessa revista (com doze números de distribuição, somando um total de cem mil exemplares distribuídos em um ano), define-a como um caminho certo e sério para a difusão e formação cultural e ideológica marxista-leninista¹⁴.

¹¹Ibid., p. 04.

¹²O termo nazifascismo me parece inadequado, contudo o periódico o emprega reiteradas vezes. Dessa forma, decidi mantê-lo entre aspas, com o intuito de indicar a denominação empregada pela revista.

¹³Ibid., p. 04.

¹⁴Problemas: Revista Mensal de Cultura Política. Rio de Janeiro. Ano 02, n. 14, p. 14-17, out, 1948.

Observa-se pelo exposto que a leitura dessa revista, para Jurandir (1948), ia muito além da forma como se faz a leitura de um jornal ou de uma revista comum, ou seja, que a leitura de “Problemas tende a preparar o leitor para lutar contra as velhas ideologias que são usadas pelo inimigo capitalista, tendo em vista um novo contexto democrático para o Brasil”¹⁵.

Pelos aspectos citados se observa que as edições da RP constituem um documento histórico capaz de fornecer informações relevantes acerca da forte reação ideológica dos comunistas à perseguição que sofriam no Brasil durante o Governo Dutra. Além disso, a RP foi um dos mais importantes veículos de difusão da militância comunista do período estudado.

O acervo da RF está arquivado no Arquivo Edgard Leuenroth do Centro de Pesquisa e Documentação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

O corpo editorial dessa revista a definiu desde o princípio como uma “Revista de Cultura Moderna”. Começou a ser publicada em junho de 1948 e se estendeu até por volta de 1956. Foi fundada na cidade de São Paulo, tendo Monteiro Lobato como criador e Ruy Barbosa Cardoso como editor. Seu corpo editorial era composto por jornalistas, escritores literários, críticos e intelectuais de matriz marxista.

O principal lema dessa revista era “estudar os problemas fundamentais da pátria e lutar pelas soluções adequadas, assim como defender intransigentemente o pensamento democrático e livre de nossa terra”¹⁶. Propunha-se, acima de tudo, a ser um instrumento de defesa da paz, da democracia, da liberdade, e da soberania nacional, o mesmo que se propunham a RLP e a RP. Apresentava em quase todas as edições denúncias sobre o Governo Dutra no que tange à livre expressão do pensamento, como o fechamento de órgãos da imprensa, a prisão de intelectuais defensores do comunismo, a violência policial em São Paulo contra os divergentes do governo federal, críticas à Lei de Segurança, etc..

No primeiro número da RF o corpo editorial se propunha a difundir, com base na cooperação de “todos intelectuais democratas, honestos e consequentes, o material necessário ao pensamento racional e objetivo, e assim contribuir para a análise dos problemas básicos do

¹⁵ Ibid., p.14.

¹⁶ Fundamentos: Revista de Cultura Moderna. São Paulo. Ano 01, n.06, p. 388, nov. 1948.

Brasil e para a compreensão do presente momento histórico no mundo”¹⁷. Além disso, declarava não sustentar qualquer tipo de ilusão no que tange a uma posição de imparcialidade, justificando que as diversas tendências intelectuais não aparecem por acaso, mas são fruto de alguma orientação ideológica de determinados grupos sociais que as representam. Percebe-se aqui que, apesar de seu fundador (Monteiro Lobato) e seu corpo editorial serem intelectuais ligados ao movimento comunista brasileiro, nos primeiros números editores da revista não assumiram deliberadamente tal posição política, mas defendiam uma vertente de viés nacionalista. A mudança ocorreu de fato a partir de janeiro de 1950.

Em mais detalhes, essa revista circulou de forma aberta até abril de 1949, custando 6,00 cruzeiros. Possuía um caráter mais voltado ao campo cultural e adotava uma abordagem política crítica mais tímida, se comparada ao período posterior a 1949, quando se verificou um engajamento mais explícito do periódico com os ideais comunistas. É uma hipótese verossímil que esse posicionamento esteja associado à intensa repressão que se abateu sobre o movimento comunista brasileiro após a sua proscrição em 1947 e a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo partido, ocorrida no início de 1948.

Entre maio de 1949 e dezembro de 1949 a RF ficou suspensa, mas voltou a ser publicada a partir de janeiro de 1950, momento em que o seu conselho de redação modificou seu formato¹⁸, conteúdo¹⁹ e preço²⁰. O editor justificou que essas mudanças haviam sido implementadas para concretizar seus objetivos de popularização. Nesse momento seu corpo editorial assumiu declaradamente sua imparcialidade política e seu apoio ao comunismo e à disseminação de teorias de matriz marxista. Em mais detalhes, as grandes mudanças processadas na RF a partir de janeiro de 1950 demonstram claramente seu engajamento político-ideológico, divulgando notícias nacionais e internacionais, textos críticos e imagens diretamente vinculados ao campo da cultura política.

Destarte, essa revista passou a contemplar basicamente assuntos de cunho econômico e político. Os de cunho econômico estiveram sempre ligados à indústria agroexportadora (café, algodão) e riquezas naturais (petróleo, minérios e energia elétrica), sempre na tentativa

¹⁷ Ibid., p. 05.

¹⁸ Seu tamanho foi duplicado em relação às revistas anteriores. Além de adotar um maior uso de fotografias e charges. Ou seja, mudou radicalmente seu *layout* gráfico.

¹⁹ Seu conteúdo passou a ter um caráter textual que assumia definitivamente uma postura marxista, anti-imperialista e avessa ao Governo Dutra.

²⁰ Adoção de uma política de redução do preço do periódico pela metade (de 6,00 para 3,00 cruzeiros).

de mostrar que os Estados Unidos estavam explorando nosso país. Os de cunho político estavam fundamentados na tríade marxismo, socialismo e comunismo e se assemelhava muito à RP, à medida que, abordava temas em defesa da liberdade da imprensa, da democracia popular e de militantes comunistas brasileiros vítimas da perseguição política do governo. Pregava a veneração a Stalin e fazia, crítica acirrada ao sistema capitalista e ao imperialismo e a problemas ligados ao mundo universitário (UNE). Defendia o comunismo no âmbito internacional (elogios à Revolução Chinesa, às democracias populares da Checoslováquia e Polônia, à Guerra da Coreia). Abordava assuntos diplomáticos, principalmente o risco iminente de uma terceira, guerra mundial, criticava a diplomacia dos EUA e a imprensa de cunho estadunidense (Revista Seleções); fazia apontamentos sobre a miséria de grande parte da população brasileira. Publicava artigos em defesa da reforma agrária, de críticas ácidas ao campo científico referentes à criação de armas nucleares, de elogio a intelectuais e militantes marxistas (Antonio Gramsci, Astrogildo Pereira, dentre outros). Editava matérias de esclarecimentos sobre o perigo das armas atômicas e de humor ligado à crítica política e econômica (ironia); publicava poesias e resenhas políticas de defesa da soberania nacional e repúdio aos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, artigos sobre a reforma agrária e alerta contra a ideologia estadunidense e apresentava biografias de escritores ligados à cultura literária brasileira (Castro Alves, Lima Barreto, Sylvio Romero, Monteiro Lobato). Além disso, alguns textos estavam acompanhados de algumas charges que satirizavam EUA e os governantes brasileiros.

De modo geral, a RP e a RF buscaram consolidar uma frente ideológica sobre as bases do “marxismo-leninismo-stalinismo”, divulgando uma propaganda político-ideológica comunista. Para isso fizeram uso dos termos “democracia”, “liberdade”, e “soberania nacional” para difundir suas teorias e combater seus principais inimigos político-ideológicos. Paralelamente, a RLP utilizou-se das mesmas estratégias, mas para defender o governo Dutra e o sistema capitalista, disseminando declaradamente uma propaganda político-ideológica anticomunista.

BIBLIOGRAFIA

- ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARROS, José D'assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer História. Revista História Comparada, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007.
- BETHELL, Leslie. e ROXBOROUGH, Ian.(orgs.) **A América Latina** - Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.
- DOMENACH, Jean Marie. **Propaganda Política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1955.
- FRANCHETTI, Claudinéa Justino. **Páginas de Intolerância Política**: a guerra psicológica contra o monstro vermelho na revista Lei e Polícia (1948-1950). 2008.150f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.
- FUNDAMENTOS: REVISTA DE CULTURA MODERNA. São Paulo. Ano 01, n.06, p. 388, nov., 1948.
- GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo Ideologia e Propaganda Política**: a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- _____. **O que é propaganda ideológica**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- JURANDIR, Dalcídio. **Problemas**: Revista Mensal de Cultura Política. Rio de Janeiro. Ano 02, n. 14, p. 14-17, out., 1948.
- LIEUWEN, Edwin. **Policy in Latin America**: a short history. New York: Frederick A. Praeger, publishers, 1966.
- MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes**: Lutas e Autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um Debate Interpretativo. In. SILVA, Francisco C.

TEIXEIRA (Org.) **O Século Sombrio**: uma História Geral do Século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PROBLEMAS: REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA. Rio de Janeiro. Ano 01, n. 1, p. 03, ago., 1947.

PROBLEMAS: REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA. Rio de Janeiro. Ano 02, n. 14, p. 14-17, out., 1948.

REVISTA LEI E POLÍCIA. Rio de Janeiro. Ano 02, n. 10-11, p. 16, abr/mai/jun, 1950.

REVISTA LEI E POLÍCIA. Rio de Janeiro. Ano 02, n. 12, p. 65, set. 1950.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas**: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945-1954. 2006. 325 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.